Conexões OPEN ACCESS

DOI: https://doi.org/10.20396/conex.v21i00.8674386

Artigo Original

A Criminalização dos Capoeiras

The Criminalization of Capoeiras

La Criminalización de los Capoeiras

Womualy Gonzaga dos Santos[1]

RESUMO

Objetivo: Compreender o processo de criminalização do corpo negro a partir das maltas de capoeiras, a fim de contribuir para o combate à naturalização de sua marginalidade. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, a partir do método materialista histórico-dialético, com o intuito de investigar as múltiplas determinações em que os negros estavam imersos, buscando entender a síntese e as contradições das concepções que o criminalizaram. **Resultados e discussão:** Encontrou-se que a criminalização do negro capoeira se deu em um contexto ampliado de criminalização do negro, com o objetivo de controle social e regulação do corpo do trabalhador negro no Brasil, em um projeto de disciplinação. **Conclusão:** Conclui-se que o conhecimento dos conflitos em que os grupos organizados de capoeiras estavam incluídos remetiam à luta de classes empreendidas por estes contra o colonialismo escravista no Brasil sendo importante entender tais conflitos para refutar visões racistas de um corpo negro "naturalmente propenso ao crime e à vadiagem", como ainda atualmente é observado em parte da bibliografia que analisa o negro Capoeira.

Palavras-chave: Capoeira. Criminologia. Negros. Resistência. Sociologia - Esportes.

[1] Universidade de São Paulo, Departamento de Educação Física, Centro de Práticas Esportivas, São Paulo-SP, Brasil.

Correspondência:
Womualy Gonzaga dos Santos. CEPE-USP, Prç. Prof. Rubião Meira, 61, Vila Universitária, São Paulo - SP, CEP 05508-110. Email: womualy@usp.br

ABSTRACT

Objective: This work aimed to understand the process of criminalization of the black body from the capoeiras groups (*maltas*), in order to contribute to the fight against the naturalization of its marginality. **Methodology:** It is a bibliographic, exploratory and descriptive research, based on the historical-dialectical materialist method, with the aim of investigating the multiple determinations in which blacks were immersed, seeking to understand the synthesis and contradictions of the conceptions that criminalized it. **Results and discussion:** It was found that the criminalization of the black capoeiras took place in an expanded context of criminalization of black people, with the objective of social control and regulation of the body of black workers in Brazil, in a project of discipline. **Conclusion:** It is concluded that knowledge of the conflicts in which organized capoeira groups were included referred to the class struggle undertaken by them against slave colonialism in Brazil and that it is important to understand such conflicts to refute racist views of a black body "naturally prone to crime and vagrancy", as we still see in part of the bibliography that analyzes the black capoeiras.

Keywords: Capoeira. Criminology. Black people. Resistance. Sociology - Sports.

RESUMEN

Objetivo: comprender el proceso de criminalización del cuerpo negro de los grupos de capoeiras para contribuir a la lucha contra la naturalización de su marginalidad. **Metodología:** Se trata de una investigación bibliográfica, exploratoria y descriptiva, basada en el método materialista histórico-dialéctico, con el objetivo de indagar en las múltiples determinaciones en las que se vio inmerso el negro, buscando comprender la síntesis y contradicciones de las concepciones que los criminalizaron. **Resultados y discusión:** Se constató que la criminalización de los capoeiras negros ocurrió en un contexto ampliado de criminalización de los negros, con el objetivo de control social y regulación del cuerpo de trabajadores negros en Brasil, en un proyecto de disciplina. **Conclusión**: Se concluye que el conocimiento de los conflictos en los que se incluyeron grupos organizados de capoeira se refirió a la lucha de clases emprendida por ellos contra el colonialismo esclavista en Brasil y que es importante comprender dichos conflictos para refutar las visiones racistas de un cuerpo negro "naturalmente propenso al crimen". y vagancia", como todavía vemos en parte de la bibliografía que analiza lo negro capoeira.

Palabras Clave: Capoeira. Criminología. Negros. Resistencia. Sociología - Deporte.

INTRODUÇÃO

Os diversos estudos que se focaram em definir e explicar a atividade das maltas de capoeira do Rio de Janeiro (Soares, 1993) buscaram explicitar a atividade dos capoeiras[2], organizados em grupos, maiores ou menores. Estes grupos são denominados "maltas de capoeiras".

O nome "maltas de capoeiras" foi dado aos grupos formados por capoeiras, enquanto sujeitos sociais definidos pela atividade em que eram identificados. Logo, os capoeiras formavam as chamadas maltas. Portanto, uma atividade reconhecida através da presença do corpo-capoeira (Castro Júnior, 2010)[3], seu produtor social. Diferente de atualmente, quando a Capoeira é reconhecida, não necessariamente pelo sujeito, mas por uma série de elementos que passaram a identificá-la enquanto prática (instrumentos, movimentos e golpes característicos, ser realizada em locais abertos ou fechados, eventos etc.).

Vale retratar que malta é um termo de origem portuguesa, muito usado durante o Império e que na passagem para a República não é mais utilizado. Para os portugueses malta está relacionado a um bando, ou uma corja de malandros e ociosos, por isso era aplicado a capoeiras da capital no Império (Amado, 2021, p. 38). Assim, negros capoeiras, na capital Rio de Janeiro, quando em conjunto, eram tratados como "maltas de capoeiras", de forma depreciativa. Sua atividade será criminalizada e reprimida duramente pela força repressiva, representada nas polícias recém-criadas no início do século XIX.

Ao mesmo tempo, quando a repressão se reforça violentamente, reforça-se também a atividade violenta de resposta por parte desses grupos organizados de capoeiras, o que vai transformar a Capoeira tanto num dos principais problemas que a Colônia e o Império, quanto uma das principais manifestações de resistência à política escravista e sua submissão ao modo de produção capitalista nascente na Europa, como parte do movimento de expropriação e acumulação primitiva de capital (Marx, 2017, p. 786-789).

De nossa parte, ressaltamos que nos trabalhos que analisam as maltas, estas serão documentadas, discutidas e tratadas como grupos criminosos de negros, africanos, escravizados, libertos ou livres, que agiam de forma marginal no meio urbano da cidade do Rio de Janeiro, utilizando como arma principal, a atividade que formava o corpo-capoeira, ou seja, a Capoeira em si, através dos

[2] Aqui, tomamos a referência de Falcão (2004, p. 24), a qual "o capoeira" é o sujeito social que cria e significa a Capoeira enquanto prática rebelde negra. Ao contrário do capoeirista, que se torna o especialista, surgido a partir do processo de profissionalização da mesma.

[3] Nesse artigo, relacionamos o conceito corpo-capoeira – "dispositivos usados para a produção de narrativas e de conhecimentos" (Castro Júnior, 2010, p. 22) aos pressupostos teóricos do corpo na capoeira como sujeito social produtor originário da Capoeira, *i.e.* o corpo negro, escravizado, tomado como força simples de trabalho que toma a Capoeira como forma de luta de classes, conforme Costa (2007, p. 81).

"movimentos de agilidade", rasteiras e cabeçadas, assim como a fiel navalha, o punhal, a faca…

Os capoeiras então, seriam "uma massa de criminosos, vagabundos, vadios e perigosos", que buscavam atribular a paz dos "cidadãos de bem da cidade", perpetuando crimes, roubos e outras atividades não lícitas. Fosse como "grupos isolados em luta com outros grupos por controle de áreas urbanas ou como capangas, aliados ocasionais de políticos, geralmente ligados ao regime monárquico" (Soares, 1998a, p. 147).

Entende-se que os discursos do século XIX e décadas iniciais do século XX, a partir do racismo científico, tinham o caráter de classificar negros como sujeitos perigosos à ordem e os julgar como um corpo "naturalmente propenso ao crime". Há versões que deixaram em suspenso, de forma mais ou menos direta, que as maltas, por disputarem espaços e territórios da cidade, agiriam de forma semelhante, em sua constituição, às facções do narcotráfico em sua disputa territorial no Rio de janeiro contemporâneo (Amado, 2020; Amado, 2021), realizando um tipo de adaptação mecanicista e, no limite, acrítica.

Em uma leitura mais aprofundada, percebemos que a atividade das denominadas maltas de capoeiras estaria ligada a um controle das áreas de trabalho da cidade, não sendo somente grupos que disputavam entre si o controle territorial pelo "prazer do conflito". E esta percepção, muito pouco explorada nas investigações realizadas, poderia nos dar uma visão da agência dos agentes sociais, os capoeiras destes grupos organizados, que buscavam formas de subsistir no interior de uma sociedade que os excluía socialmente, como forma consciente de resistência, com as condições que lhe eram possíveis. Assim, ao contrário de serem retratados como meros marginais, tal análise dá a possibilidade de o negro se buscar enquanto classe para si, procurando fugir da condição de franja marginal que lhe era imposta pela sociedade escravista (Moura, 2019, p. 31).

Portanto, torna-se fundamental a realização de uma investigação mais atenta aos textos que tratam sobre as maltas de capoeiras, para entendê-las não como problema, mas como produto das relações produzidas pelo colonialismo, submisso ao capitalismo nascente na Europa.

Objetiva-se verificar a atividade das chamadas maltas de capoeiras, buscando encontrar especificidades da ação desses grupos, que questionem sua atividade enquanto um comportamento "naturalmente criminoso ou marginal", como é costumeiramente retratado nos estudos, mas, a partir de uma análise dialética das múltiplas determinações, entendendo que relações multilaterais formam tais grupos e sua atividade, tentando situar, através da análise das classes sociais formadas no período do século XIX, qual o lugar que o negro ocupa e, quais estratégias buscou para reproduzir sua existência em um

território que o brutalizava.

MÉTODO

Utiliza-se da pesquisa bibliográfica, com base nos estudos que enfocam a atividade das maltas de capoeira no Brasil do século XIX (artigos em periódicos científicos e livros), para descrever suas ações e, a partir daí, investigar esses grupos durante o decorrer do século XIX. Nesse sentido, objetivamos, sobretudo, compreender o fundamento histórico-social do desenvolvimento da Capoeira e seus determinantes neste determinado momento histórico.

A pesquisa se ancora no materialismo histórico-dialético, no qual as causas últimas de todas as modificações sociais e das subversões políticas devem ser procuradas não na cabeça dos homens, mas na transformação dos modos de produção e de seus intercâmbios (Gil, 2008, p. 22). Logo, se observa como a criminalização da Capoeira e de seu produtor social responde às determinações sociais do tempo histórico no qual o negro escravizado é inferiorizado e controlado socialmente na organização das relações de produção escravistas.

Se para Marx e Engels, a estrutura econômica (ou infraestrutura) é a base sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem determinadas formas de consciência social, a pesquisa, nesta chave interpretativa, vai buscar observar a formação da subjetividade de uma sociedade brasileira que se estrutura em classes sociais e juridicamente na defesa da propriedade privada, tendo os *senhores* a posição dos possuidores e os *escravizados* figurando na posição de propriedade dos primeiros. O modo de produção da vida material é, portanto, o que determina o processo social, político e espiritual (Gil, 2008, p. 22). Neste aspecto, a pesquisa enfatiza, segundo Gil, a dimensão histórica dos processos sociais.

Ainda segundo o autor, enquanto método também dialético, leva em conta a unidade dos opostos, considerando os aspectos contraditórios que formam o objeto de estudo, desconsiderando relações unilaterais (Gil, 2008, p. 13). Portanto, a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (Gil, 2008, p. 14).

Segundo Marx (2008, p. 258), se procede, neste tipo de método, a partir da análise do que há de concreto e real, no caso, o negro capoeira, célula inicial da produção social Capoeira, caminhando assim para um nível de abstração em que se apreendem as diversas determinações que compõem o objeto e, finalmente, "fazendo a viagem de modo inverso" (Marx, 2008, p. 258), até

chegar novamente ao concreto, mas agora, composto de uma rica totalidade de determinações e relações diversas. Aqui, o concreto se transforma em concreto por ser a síntese de muitas determinações, a unidade do diverso (Marx, 2008, p. 258), sendo a concretude, o resultado, a síntese, e não o ponto de partida.

É também pesquisa exploratória e, como tal, têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores [...]. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental [...]. Sendo desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (Gil, 2008, p. 27).

Enquadra-se ainda enquanto pesquisa descritiva, na qual, por exemplo, são observadas as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra, etc., sendo incluídas neste grupo também as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis (Gil, 2008, p. 28).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo a documentação atual demonstrado que a Capoeira, ao menos desde fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, era produzida e praticada massiva e majoritariamente por negros, africanos e, na maioria escravizados (Soares, 2004), observa-se que foi uma manifestação diretamente ligada aos processos encadeados desde o continente europeu, no período de implantação do capitalismo.

Por outro lado, percebemos que a escravidão, quando passa a se tornar lucrativa, é tomada como uma das estratégias centrais da expropriação originária, sendo um dos tripés das formas de exploração do trabalho daquele tempo histórico. Para tanto, a estratégia da justificação pela catequização, com fins de "salvar as almas de povos não civilizados", foi a primeira forma de submissão de tais povos (Hall, 2017, p. 36-37). Porém, segundo Lovejoy (2002), tal forma de subsunção teria suas limitações, quando grande parte de determinado povo se convertesse à fé cristã imposta. Neste sentido, o racismo se desenvolve como uma "saída perfeita" durante tal desenvolvimento histórico[4].

[4] Tomamos como referência, as definições de racismo encontradas na vasta obra de Clóvis Moura, sobretudo no livro Sociologia do Negro Brasileiro (Moura, 2019) e Rebeliões da Senzala (Moura, 2020), onde o sociólogo destaca a agência do negro no Brasil no intuito de buscar subverter sua condição inferiorizada na hierarquia social do mundo do trabalho, tanto escravizado quanto livre no país, fruto do projeto de imobilismo social imposto ao mesmo.

O racismo[5] amplia tal domínio, permitindo agora, que todo um continente possa ser escravizado, pela cor de sua pele negra, que se tornará indicativo de inferioridade. Assim, cumpre o papel de inferiorizar todo um continente, composto de diversas diferenças culturais, sociais e políticas. Se criará a figura do negro, em oposição ao branco e, o negro cumprirá, historicamente a partir de então, o lugar inferior na escala social.

Os capoeiras do século XIX, representam primeiramente uma massa negra africana escravizada e, logo depois, também crioula, mestiça, livre e liberta, o que por si só já os classificariam como a massa inferior daquela sociedade colonial. Em segundo lugar, representarão uma forma violenta de luta de classes no interior da colônia e, mais tarde, do Império e mesmo da República Velha. A Capoeira se torna um corpo de indivíduos que, em grupo, formam um perigo iminente, que relembrava à classe dos senhores, a ameaça de uma revolução como foi a do Haiti. A esses grupos, denominaram maltas de capoeiras.

Soares (2004) investigou a formação das "maltas" durante todo o século XIX, obtendo a informação de que eram diversas na primeira metade, se extinguindo ou se aglutinando em duas principais no final dos anos 1800, sendo a malta dos Guayamuns e a malta dos Nagoas (Soares, 1993). A primeira formada por mestiços, brasileiros; enquanto a segunda, formada por negros africanos, sobretudo, podendo ser remanescentes daqueles Yorubás, Minas, herdeiros da Revolta dos Malês na Bahia de 1835. Se dividiram em grupos, realizando controle territorial, que poderia ter como alvo outras "Maltas", assim como conflitos com a ordem policial. Já na segunda metade do século XIX, tais "Maltas" se configuravam também enquanto capangas e guarda costas de políticos que visavam a manutenção de seu poder na capital.

Tais características formavam a percepção da sociedade escravista colonial e imperial do Rio de Janeiro para com os capoeiras, que seriam classificados enquanto sujeitos perigosos, indolentes, assassinos, vadios. Porém, Pachukanis (2017) já alertava para o fato de que o que é crime, é definido pela sociedade, não por uma forma abstrata e, a forma como os crimes são tratados também são uma forma social realizada por uma convenção daquela sociedade. Por isso, entendemos que a desaprovação que sofriam os capoeiras, para além da

[5] Para Moura (1994, p. 28), o racismo é "uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais. O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas, também, ideológico e político. É por isso ingenuidade, segundo pensamos, combatê-lo apenas através do seu viés acadêmico e estritamente científico, uma vez que ele transcende as conclusões da ciência e funciona como mecanismo de sujeição e não de explicação antropológica. Pelo contrário, superpõe-se a essas conclusões com todo um arsenal ideológico justificatório de dominação".

materialidade de suas ações, tinham também caráter de fundo da superestrutura.

Para dar conta destes sujeitos, a criminologia positivista, por exemplo, vai buscar classificar o indivíduo pela sua periculosidade. Além disso, a herança deixada por Cesare Lombroso (1835-1909)[6], que determinava, a partir da "análise das características dos sujeitos", a classificação destes enquanto potenciais criminosos natos. E, obviamente, na sociedade daquele período, tendo o reforço do brasileiro e seguidor de Lombroso, o médico Nina Rodrigues (1862-1906)[7], terão impacto direto na recriminação da imagem do negro, que possuiria, segundo aquela sociedade racista, características que os classificavam como sujeitos que deveriam ser tratados como criminosos em potencial.

Tais grupos organizados de capoeiras eram assim classificados a partir de suas ações de conflito com a ordem policial, contra outros grupos de capoeiras e em conflitos frequentes com a classe de comerciantes da capital. O que buscamos observar e sustentar é que, para além da concretude dos conflitos, sem um exame fundamentado na posição e na situação de classe desses indivíduos, a análise resulta fraca e empobrecida.

Hoje, sabemos que negros produziram seus próprios movimentos de revolta e resistência (Moura, 2020; Reis; Gomes, 2021), buscando sobreviver e tentando subverter a ordem escravista. Logo, entendemos que a organização dos capoeiras em grupos formava uma linha de resistência física à ordem imposta. Na análise das classes, apreende-se, também que negros respondiam violentamente à uma sociedade que era fundada e administrada a partir e através da violência enquanto linguagem e atitude. Logo, conflitos com policiais teriam também a ver com uma sociedade que proibia a prática da Capoeira no meio urbano, assim como com uma força policial que castigava, punia e encarcerava negros por diversos motivos. A violência resistente era uma das respostas possíveis.

Quanto aos conflitos com comerciantes, alguns trechos demonstram que era o controle de um território que os incentivava. E, quando falamos sobre os conflitos entre grupos organizados de capoeiras, chamadas pejorativamente de "maltas", devemos pensar que, tal controle territorial era realizado dentro de uma corte que contava com escravizados de ganho, assim como livres e libertos, disputando certos locais de possível atividade laboral. Logo, o controle de determinadas áreas, quando o trabalho é majoritariamente realizado no meio urbano, se torna essencial e decisivo, tanto para a possibilidade de reprodução social, quanto para aquisição de dinheiro que poderia, por exemplo, ser utilizado para a compra de cartas de alforria, sendo a liberdade, a principal busca em uma

[6] A principal obra da construção ideológica de Lombroso foi: LOMBROSO, Cesare. O Homem Delinquente. 3. Reimpr. Ícone. 1997.

[7] Nina Rodrigues constrói sua visão racista sobre o negro brasileiro em sua obra: RODRIGUES, RN. Os africanos no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

sociedade escravista.

É a partir destes dados que buscamos sustentar que, para além, da classificação dada pela sociedade, por uma massa de intelectuais e pesquisadores, que colocam o negro na posição de potencial criminoso, os grupos organizados de capoeiras respondiam à uma correlação de forças sedimentada na sua posição de classe e, essa atividade sendo analisada por historiadores, sem uma profunda leitura sociológica, continua a permitir a reprodução do racismo, sem questionar as minúcias destas relações sociais.

Tais relações, em seu limite, culminarão na criminalização da Capoeira e da Vadiagem, tendo principalmente o senso comum, mas não somente, uma forma de sedimentar a imagem da repressão para combater um grupo de alta periculosidade para a ordem estabelecida.

Quando passamos a tratar da Capoeira quanto uma manifestação de sujeitos organizados pelo controle territorial de áreas ligadas ao trabalho, temos Amorim (2019), que dispõe sobre não ser leviano conjecturar a ideia da capoeiragem nesses entremeios de vendas e prestação de serviços, cuja apresentação poderia se dar por troca de dinheiro ou ainda para resolver querelas das diversas motivações. Para Soares (2004, p. 68):

> As atividades das Maltas e sua técnica específica de luta fizeram da Capoeira, o esforço mais persistente e, talvez mais bem-sucedido dos afro-brasileiros urbanos para estabelecer um espaço social, uma área que pudessem controlar, usada em seu proveito segundo suas próprias condições, excluindo os de fora.

Mostra-se que, em um ambiente de busca de oportunidades, a liberdade de escolha não parece assim tão plausível, havendo divisões raciais informadas pela necessidade de uma classe em poder se reproduzir socialmente.

Já em 1816, Soares (2004) identifica a atividade conflituosa entre a ordem e os capoeiras nas tabernas, nas redondezas da Rua Direita, principal via da Cidade do Rio de Janeiro, sendo centro nervoso do ativo comércio marítimo. Dentre os rituais de conflitos destes sujeitos, percebe-se certo trato com os proprietários, que pareciam poder contar com alguns favores daqueles, em troca de lhes oferecerem bebida. Esses comerciantes também consentiam o ajuntamento de negros, que permaneciam à frente de seus estabelecimentos, realizando o serviço de carregar água, onde ocorriam desordens e conflitos.

Começa-se a perceber que tais conflitos vão se desenhando em local de atividade laboral e econômica. Neste momento, contando com alguma permissividade dos taberneiros, que tiravam algum proveito dos favores dos negros, que, ao serem permitidos nestes espaços, também realizavam gastos no interior destas tabernas (Soares, 2004, p. 179-180).

Além disso, o autor relata que tabernas eram não somente locais de ajuntamento, de sociabilização, de festa, folguedos, mas também centros de receptação e venda de mercadorias, principalmente das zonas rurais, o que exemplifica como tais locais de conflito tinham ligação com a atividade econômica dos negros (Soares, 1998a, p. 139).

Reconhece-se também uma especificidade, a qual os capoeiras eram, não majoritariamente os escravizados de ganho, mascates, mas estes que carregavam água para as casas particulares e que ficavam nas tabernas que seriam os principais agentes da desordem, sendo eles os cativos mais desclassificados na hierarquia ocupacional negra da cidade, utilizando as tabernas para descanso da extenuante rotina de carregadores e para se sociabilizar. Além disso, sendo uma atividade extremamente precária, os conflitos entre carregadores, nas fontes e chafarizes também poderiam ocorrer pela escassez de água, assim como pelo excesso de usuários (Soares, 1998a, p. 139). Podemos vislumbrar como a capacidade de atividade econômica individual estava altamente ligada às condições de trabalho concretas, e que os conflitos seriam resultados dessa mesma precarização e necessidade de realização do trabalho. Soares identifica as medidas tomadas contra taberneiros que permitiam o ajuntamento de negros que o poder público os tratava como "malocas" (Soares, 1998a, p. 142), que classifica capoeiras como grupos vigiados pela polícia e detestados pelos pequenos comerciantes. Se neste caso em específico, os comerciantes pareciam fazer vista grossa aos capoeiras, parece que, na opinião pública formada naquele período inicial do século XIX eram, de fato, um problema para a atividade econômica na cidade.

Exemplificando a partir de situação similar em São Paulo, o envolvimento de capoeiras com a política de Santos, remete-se à uma disputa entre dois núcleos da cidade: o mais antigo, Quartéis, tendo como marco a Igreja Matriz, e o mais recente, Valongo, cujo ponto de referência era a Igreja de Santo Antônio:

> Desde o século XVIII, caboclos e mulatos nascidos no Brasil, estes moradores dos Quartéis, passaram a desenvolver um rancoroso sentimento bairrista, dando início a uma disputa comercial com o bairro vizinho. As tensões causadas por essa concorrência se agravaram a partir de 1850, "quando as construções do bairro santista do Valongo começaram a sobrepujar as do bairro vizinho, os Quartéis, com o aparecimento dos dois edifícios Ferreira Netto e mais alguns, tidos na época como coisas notáveis". Tais diferenças comerciais logo tomaram conta do "novo anônimo dos dois bairros", levando a "grossas incompatibilidades, brigas, desordens, bordoadas" (Cunha, 2011a, p. 151).

Depreendemos que, em uma sociedade que muda seus valores para a acumulação de capital, seja mesmo no Brasil das fases iniciais de acumulação dos fazendeiros, as relações de cunho econômico tomarão centralidade dentre o conjunto das relações sociais. Logo, as disputas entre as classes dominantes e

trabalhadoras serão afetadas e infiltradas pela esfera econômica. Desta feita, as relações conflituosas, resultantes da carência dos meios mínimos de subsistência, resultarão também em conflitos internos à classe trabalhadora, que disputa o mínimo para sua sobrevivência.

Ainda sobre as contendas entre moradores do Valongo e dos Quartéis, Cunha relata que:

> Ainda com base em memorialistas, sabemos que a primeira trégua entre valongueiros e quarteleiros se deu em 1860, diante do "milagre de Santo Antônio", quando a Companhia de Estrada de Ferro Santos-Jundiaí tentou demolir a Igreja de Santo Antônio do Valongo, mas a imagem do santo não saía do lugar. O milagre sensibilizou a população e os quarteleiros, ao receberem um chamado de seus rivais, uniram-se a eles para expulsar os operários da estrada de ferro e as autoridades que os protegiam (Cunha, 2011b).

Entendemos também que os capoeiras, dentro de seus códigos de ética próprios, poderiam cessar um conflito quando percebiam que um interesse comum dentro da sociedade escravista os atingia. O que demonstra que, para além dos conflitos internos, muitas vezes causados aparentemente por relações externas, outras por relações de sobrevivência, o associativismo negro também existia e com ele, a organização, que renega a visão simplista do negro enquanto mero boçal.

Um dos estudos que será fonte de análise dos conflitos internos que ocorriam entre capoeiras no Rio de Janeiro entre 1863 e 1890 é o de Soares (1998b). Aqui o autor investigará os capoeiras baianos que viviam na corte neste período. Para ele, a capoeira, após a extinção formal do tráfico em 1850 e o impulso da imigração para o Brasil, deixa de ser "uma atividade exclusiva de escravizados ou negros nascidos na cidade" do Rio de Janeiro. Agora, uma variedade de grupos de origens diversas (brasileiros, portugueses etc.) se valiam das práticas da capoeiragem para se afirmar no ambiente urbano.

Entre esses grupos despontavam aqueles oriundos das várias regiões do país, que vinham para a corte atraídos pelas oportunidades da cidade grande, ou carregados pelo tráfico interno de escravizados, descrevendo que esses eram vindos das mais longínquas partes do Império, merecendo destaque aqueles vindos da Bahia, sobretudo de Salvador. Logo, como no 18 de Brumário, em que o autor cita que:

> Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade. Não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (Marx, 2011, p. 25).

Revela-se que estes sujeitos eram impelidos a buscar possibilidades de subsistência e isso lhes era imposto materialmente. Logo, a centralidade de uma nação que se constrói por dentro das engrenagens da mercadorização, primeiramente realizada para exportação, mas também criando um tímido mercado consumidor interno, fará com que a busca por oportunidades de trabalho sejam foco da construção da cidadania.

Então, supõe–se que muitos daqueles baianos foram para a corte em busca de melhores oportunidades, como era natural que ocorresse, em se tratando de uma grande metrópole (Soares, 1998b). Vai aqui se desenhando como ocorre no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento de parte dos conflitos pela ocupação, que desencadeará também conflitos por territórios de trabalho, em uma cidade que, na fase de desagregação da economia canavieira no Nordeste, oferecerá ainda alguma condição de emprego da força de trabalho, entre aqueles mais inferiorizados na hierarquia social. Por exemplo, aqueles trabalhadores dos cantos[8] ou das diversas profissões no meio urbano, como os carregadores.

Ademais, ao avaliar que grande parte da massa de capoeiras eram formados entre jovens de idade entre 15 e 20 anos - chegando também aos 20 e até aos 25, avaliza-se que, em uma sociedade excludente e desigual, o jovem, "naturalmente" não conformado, será o principal ator da Capoeira, enquanto uma manifestação de luta de caráter jovial. Para Soares (1998b) essa era uma idade de afirmação, principalmente para aqueles oriundos da pobreza urbana, marcados pela competição e pela violência.

Para o autor, essa disputa era imposta em uma sociedade que aumentava suas forças produtivas, criando novas profissões, fruto do desenvolvimento tecnológico e que também lidava com a implantação de novos grupos sociais, advindos do grande número de homens livres pobres das mais diversas origens que convergiam para a cidade em busca de oportunidades. E essa afirmação vai de acordo com Marx (2017), que observa que o desenvolvimento do capitalismo a partir das cidades, se dá, na verdade, a partir do campo, através das expropriações de terras e a posterior industrialização dessas áreas antes rurais. Engels (2010) também recupera como ocorreu este processo na Inglaterra ao longo de seu texto sobre a formação da classe trabalhadora daquele país, onde tal urbanização trouxe consigo uma superconcentração populacional, com consequências catastróficas para tais classes trabalhadoras.

[8] Para João José Reis (2019), os cantos eram o ajuntamento de determinado número de africanos, localizados geralmente numa esquina de rua, que obedeciam a um chefe denominado capitão de canto. Nos cantos, negros realizavam trabalhos como o de carregadores de pessoas e de objetos. Para o autor, consistiam em agrupamentos de trabalhadores, além de constituir também mais um espaço associativo negro. Inicialmente, se compunham exclusivamente de africanos que se reuniam em locais definidos onde ofereceriam seus serviços da forma que a instituição africana associativa funcionava, organizando, por exemplo, a junta, ou caixa de crédito. Aqui, escravos e libertos se reuniam para depositar quantias que poderiam ser resgatadas para a compra da alforria como também para outros fins, como para a ajuda mútua.

Mesmo no período anterior a 1850, a mão-de-obra escravizada, abundante naquele momento, passou por profunda diversificação, com acentuado crescimento das ocupações de comércio de rua, sendo que essa maior complexidade do trabalho escravizado na metrópole teve forte influência no perfil do trabalho livre (Soares, 1998b). Ou seja, aumenta o número de trabalhadores livres nas ruas, ao tempo em que também existem escravizados de ganho disputando tais locais e esse movimento também se apresentará na crescente atividade dos grupos organizados de capoeiras.

Tendo que disputar o ambiente onde estavam as oportunidades de trabalho, ocorreram as disputas entre escravizados, livres e também europeus pobres ou comerciantes, sendo que tais grupos de capoeiras ocuparam as ruas e, na tentativa de controle dessas áreas, foram responsáveis por grande parte desses enfrentamentos, que se demonstraram como conflitos por trabalho, e não por uma "possível predisposição ao crime". Por isso, suportamos a hipótese de que a intensificação dos conflitos se dá pela tentativa do domínio territorial de espaços de trabalho do comércio e das atividades econômicas no meio urbano, auxiliando a desmontar visões racistas e simplistas, que se espraiam até os dias atuais.

Houve, a partir de 1850, um aumento do trabalho dos negros livres no meio urbano, que se oporia à chegada dos imigrantes, que ocupariam os postos de trabalho de maior complexidade, restando ao primeiro grupo as profissões menos qualificadas, trabalhos braçais, artesanais.

Neste ponto, Soares identifica grupos de profissões nos quais os negros se concentravam naquele momento, sendo a grande maioria localizada nas atividades de artesãos, que ficavam nas esquinas ou em lojas, produzindo para a clientela; trabalhadores de rua, que são exatamente os que precisam circular pelas ruas e praças da cidade para vender seus produtos. Também carregando diversos objetos e mercadorias em trânsito, formando uma classe de trabalhadores de baixa renda. Eram quitandeiros, carregadores, dentre outras ocupações.

Quanto ao número de negros sem ocupação, o autor descreve que uma parcela importante da população negra trabalhadora mais pobre estava ainda deslocada desses padrões muito baixos de trabalho. Dialogando com Moura (2019, p. 104-105) e Bastide e Fernandes (2008, p. 81-88), entendemos que ao negro é imposta uma condição de ocupação de postos de trabalho localizados inferiormente na hierarquia quando comparado aos imigrantes europeus e japoneses. A outra parte, segundo Soares, será jogada a condição de vadios, e que por isso serão alvo predileto da ordem policial.

Logo, entendemos que a classificação enquanto vadiagem foi uma estratégia de poder político das classes dominantes a qual aqueles que foram libertos com a abolição e tiveram - por escolha das elites dominantes - sua força de trabalho não explorada, formaram uma massa de desempregados que compuseram o exército

industrial de reserva brasileiro, que foi reprimido enquanto uma franja marginal, já que não puderam contribuir economicamente para o "desenvolvimento da nação".

Um trecho que auxilia também desmistificar a suposta narrativa de que o negro não foi aproveitado nos novos postos de trabalho criados a partir do desenvolvimento das forças produtivas por não ter capacidade, é quando Soares (1998b) discute que uma parcela de capoeiras baianos ocupavam os postos de trabalho mais qualificados, o que demonstraria uma maior intimidade com o universo ocupacional da cidade, na medida em que o exercício de ocupações com maior habilidade artesanal exigia maior capacitação e inserção no mercado de trabalho.

Para o autor mencionado, este perfil de maior qualificação, ocupado pelos capoeiras baianos, parecia se ligar a um padrão etário mais alto, podendo indicar o êxodo de indivíduos mais habilitados que buscam a cidade por objetivos profissionais mais consistentes na capital, onde existiriam mais oportunidades. Logo, o viés econômico da produção e reprodução da subsistência se demonstra mais uma vez plausível. Tais capoeiras baianos mais velhos, ocupando tais postos de trabalho no meio urbano, podem possivelmente ter sido mestres dos novos praticantes, jovens que formarão os grupos organizados de capoeiras deste período após 1850.

E serão estes mais jovens os que ocuparão os postos de trabalho mais inferiorizados. Para o autor, talvez fossem filhos daqueles mais velhos que vieram migrando da Bahia. Ocupantes desses ofícios de rua, que terão a rua como espaço predileto. Espaço urbano onde as habilidades do jogo da Capoeira eram importantes, demonstrando que o inconformismo jovem formou a Capoeira daquele tempo. Tratava-se de uma prática jovem, rebelde. E, foi neste espaço urbano que essa juventude teve parte de seus conflitos. Uma massa jovem que, não tendo opções de emancipação, despejou sua rebeldia nesse meio urbano.

Ainda sobre a parcela de negros em situação de desocupação, para o autor, tal status indicaria uma rotatividade da mão de obra num mercado informal dominante. Tal afirmação já contém em seu interior o gérmen do conflito. Tal rotatividade indicaria, por exemplo, uma competitividade, assim como uma precarização das condições de trabalho e permanência, além da forte repressão policial em um ambiente de informalidade. Essa não seria uma condição exclusiva de baianos. Porém, estes capoeiras ainda poderiam desempenhar serviços de capangas ou guarda costas, fortemente disputados por políticos e negociantes.

Pires (1996, p. 83-84) nos dá uma melhor ideia acerca da capangagem, nos fazendo entender que esta era uma forma de negros ganharem prestígio, condições financeiras e trânsito pela cidade. E estes fatos nos auxiliam demonstrar como o negro, classificado como naturalmente propenso ao crime, na verdade,

criou as condições que podia, dentro das possibilidades que possuía em cada período.

Porém, a maioria dos baianos capoeiras na cidade do Rio na segunda metade do século XIX tinham ocupações de rua mais desqualificadas, como comércio ambulante ou como desocupados. Soares (1998b) afirma que, com certeza, o padrão racial dos baianos, maioria negra, era relacionado com seu padrão ocupacional, numa cidade onde os preconceitos raciais e sociais ainda eram definidores para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

Estes capoeiras baianos, que neste período já pareciam formar o que o autor entende como dois grupos de capoeiras maiores que englobaram outros das décadas anteriores (formando Nagoas e Guayamuns) se dividiram territorialmente na cidade do Rio de Janeiro, porém, residindo na periferia da corte, mais próximos da cidade velha, onde já se formava parte do comércio, como na freguesia do Sacramento, segundo local de maior concentração de moradores capoeiras baianos, na área mais comercial e frequentada da cidade. Soares ressalta que esta área era palco principal das brigas de maltas, sendo o centro nervoso dos conflitos.

As áreas economicamente mais ativas, que poderiam ser locais de atividade destes trabalhadores de rua, serão também o local de disputas e conflitos. O que reforça a hipótese de que os conflitos internos não seriam de cunho apenas cultural, territorial ou por uma suposta natureza boçal e não civilizada do negro, mas sim um ponto de oportunidade de sobrevivência.

Percebemos como nossa hipótese vai se concretizando, quando se trata sobre questões de moradia e prisões dos negros, por exemplo:

> A maior presença de prisões de livres na Freguesia do Sacramento indica que esses capoeiras tinham conflitos que não se relacionavam somente com os espaços de moradia, ou com a manutenção de uma comunidade local [...], muitas vezes como o controle informal de áreas vitais para a reprodução de grupos de trabalhadores ambulantes, que eram fundamentalmente dependentes do comércio informal ou ambulante (Soares, 1998b).

Em outras palavras, as maltas de capoeiras poderiam ter sido orientadas para a defesa de áreas importantes para a reprodução econômica do grupo, como ambulantes que reprimem a entrada de outros mascates em sua zona privilegiada. Para o historiador, a freguesia do Sacramento era parte da chamada Cidade Velha, zona de urbanização mais antiga, e com forte presença de comércio e serviços, ao contrário de outras, como Santana, com um caráter mais residencial. E este trecho explica o porquê do maior número de prisões no Sacramento, local de maior atividade econômica, logo, de maior conflito entre os capoeiras em uma área de atividade laboral e disputas.

Vamos entendendo que o controle territorial vai se formando por controle

não só das áreas econômicas, mas sim das possibilidades de sobrevivência. Por isso, em um período de exclusão social e forte repressão, estar organizado em grupos de capoeiras, conflitando com outros ou trabalhando na capangagem, reflete a necessidade de reprodução da existência. Se desfaz a construção social que classifica o negro capoeira como bandido e criminoso, quase que como uma "condição natural".

Sendo ainda o Sacramento a área mais comercial, será também a mais policiada, o que, segundo Soares, explica o número de conflitos entre capoeiras e policiais, responsáveis pela proteção da propriedade privada burguesa dos meios de produção, formadas a partir do período colonial. E essa repressão ocorreu também sobre negros livres que, quando não mais escravizados, serão tratados como vadios, trabalhadores das ruas e, que por isso, não sendo uma fonte econômica para a classe dos senhores, representarão, um estrato a ser mais controlado socialmente.

Afinal, controlar o que se denominou "vadiagem" era uma obsessão da elite do Estado da época, e refletia o medo de uma imensa massa de trabalhadores no mercado informal, gestando sua própria sobrevivência sem o controle patronal direto (Soares, 1998b). Para o historiador, essa massa de ambulantes e biscateiros vai ser um fator de preocupação e receio por parte das autoridades policiais do século XIX comparável aos operários do século XX, as "classes perigosas" da contemporaneidade.

Essa reflexão nos coloca no centro de nossa tese de que, os capoeiras não se configuravam como um grupo de criminosos e capangas como uma condição natural do negro, não civilizado, mas sim uma prática de luta de classes de uma massa escravizada no Brasil, que conflitava para buscar subverter tal controle social que se fortalecia, neste interregno, tendo também que conflitar no interior da própria classe, por condições que o Estado em formação impunha. Enquanto a escravidão operava, o controle social sobre os livres era para impedir o crescimento de um movimento de negros buscando sua própria condição autônoma de subsistência (o que inclusive vai ocorrer nas últimas décadas dos anos 1800, quando negros iniciam um movimento massivo de abandono das fazendas). Afinal:

> Quando a Capoeira se somava à vadiagem, isto é, a capacidade de somar conflitos de rua junto a uma autonomia de reprodução econômica, podemos dizer que uma mistura explosiva na visão das autoridades, se formava, o que explicava a virulência das prisões arbitrárias, comuns no período (Soares, 1998b).

Cunha (2011b) revela que as rivalidades entre grupos de capoeiras em São Paulo se extinguiram definitivamente nos anos 1880, quando o movimento abolicionista a todos congregou. O que demonstra que o movimento abolicionista, longe de ser um movimento das elites intelectuais brancas, foi um movimento que

partiu da massa negra revolta, que aproveitou a conjuntura política para fazer valer também seu desejo.

No maranhão da década de 1880, Pereira (2018), descreve os "moleques", "molecotes", como diversos grupos de negros, livres ou escravizados que faziam das ruas seus espaços de lazer, lugares de brigas, "correrias" e também local de realização de pequenos serviços, "bicos", de onde pudessem tirar seu sustento e, no caso dos escravizados, também o sustento de seus senhores. Afirma ainda que:

> No século XIX, na cidade de São Luís, as ruas, as esquinas e os becos eram lugares para muitas coisas. Os trabalhadores escravizados os constituíam como território para as suas experiências de trabalho, intriga, vingança, mas também para viverem a paixão e o lazer (Pereira, 2018).

O medo da organização se dava no sentido de não permitir que negros pudessem se articular e realizar movimentos de revolta e resistência que pudessem colocar em risco a sociedade escravista. Isso é confirmado por Cunha (2011a), que descreve que alguns capoeiras e valentões [...], após passarem por experiências transformadoras como disputas políticas e guerras, tornaram-se lideranças entre as camadas mais baixas. Logo, o controle social realizado frente aos capoeiras, tinha aparentemente o objetivo de dirimir a capacidade associativa e qualquer gérmen de resistência negra.

Na última década dos 1800, ainda se veriam disputas ocorrendo entre capoeiras e comerciantes, também no Maranhão, onde quitandeiros teriam que se auxiliar para dar conta de um desses valentões (Pereira, 2018). Mais uma vez se mostram as confusões causadas por capoeiras nestas áreas comerciais.

Também no Pará dos anos 1889-1906 a riqueza acumulada graças à exportação da borracha não se limitou apenas a favorecer o bem-estar das elites paraenses. Tal riqueza contribuiu imensamente para a reorganização do espaço urbano. E é neste espaço urbano que também vamos encontrar relatos de conflitos dos capoeiras (Leal, 2005).

Tratando da cultura dos Bois-bumbás no Pará, Leal (2005), descrevendo os bairros periféricos da Belém daquele período, onde moravam capoeiras e brincantes do Boi, explica que os conflitos entre os bairros se davam tanto por diferenças sociais como raciais, explicando que os bairros periféricos do Jurunas e Umarizal eram os que comportavam a maioria da população pobre de Belém, de predominância negra ou cabocla. Para o pesquisador, havia uma acentuada rivalidade entre esta população e os moradores do centro, sobretudo da Cidade Velha, onde uma boa parte dos habitantes eram comerciantes de origem portuguesa, mais uma vez demonstrando os conflitos conjugados entre raça e classe no Brasil do Império e da República Velha, onde os capoeiras digladiariam entre si, mas também com a classe comerciante, além da classe dirigente.

Pires (1996, p. 69) assinala a possibilidade de os conflitos ocorrerem por diferenças étnicas na esfera do trabalho de ganho, em que "negros, forros ou não, se organizavam etnicamente através de pontos de trabalho, conhecidos como "cantos" no Rio.

Quando trata dos capoeiras enquanto capangas, capadócios e cabos eleitorais no início do século XX, citando o romance "Os bruzundangas" de Lima Barreto, aventa a possibilidade de se referir ao trabalho de capangagem política. Neste sentido, se veria na capangagem, contratada por políticos, uma forma de render dinheiro, na esperança de conquistar uma melhor condição de vida (Pires, 1996, p. 127).

E é daí que se problematiza a situação do capoeira naquele período e no período anterior. Sendo a massa majoritária negra e pobre, o capoeira das maltas, que seria criminalizado, trabalhava para os políticos, que também criavam as leis. E faziam isso não por serem naturalmente maus, fugindo das visões maniqueístas, mas, porque naquele período, assim como no período anterior e posterior àquele, chegando mesmo no nosso tempo histórico, a situação de exclusão social do negro era e é concreta. Tais possibilidades podem muito bem definir a linha entre viver e morrer na miséria. Afora o fato de que, marginalizado e criminalizado, o negro veria na ligação com o poder político, a possibilidade de absolvição quando preso.

Na literatura militante de Lima Barreto, um capoeira teria conseguido um trabalho que lhe "rendia mais, tanto no sentido econômico, como na esperança de um dia poder conquistar uma melhor situação de vida" (Pires, 1996, p. 127), dando-lhe trânsito na cidade a partir de sua ligação política. Pires também identificará concretamente tal situação quando descreve o caso de Manduca da Praia, conhecido capoeira que, "por cálculo", era cabo eleitoral do partido do governo. Cada eleição rendia-lhe algum dinheiro, "uns poses" (Pires, 1996, p. 83), algum dinheiro, posses.

Se a Capoeira da segunda metade do século XIX foi caracterizada pela participação dos capoeiras na capangagem, é importantíssimo que se faça a análise das classes sociais, para que possamos entender quem estava no poder e quem, somente tendo sua força de trabalho para oferecer, poderia ou não aceitar a oferta de trabalho, ainda mais sendo negro em uma sociedade que estava em constante conflito com este corpo. Qual liberdade existe quando a escolha entre sobreviver ou viver na miséria e na perseguição e na classificação de vadiagem lhe é imposta?

Para Cunha (2011a), muitos valentões, identificados ou não como capoeiras, serviram de braço armado em guerras contra inimigos estrangeiros ou mesmo em disputas políticas locais. Para o autor, as ações da Guarda Negra no Rio de Janeiro levaram os republicanos a adotar uma medida imediata com relação aos capoeiras, assim que tomaram o poder em 15 de novembro de 1889, sendo que, talvez, o

único setor da população a ter sua atuação comprimida pela República tenha sido os capoeiras. Entendemos o quanto a repressão aos capoeiras respondia a uma necessidade que as classes dominantes no poder tinham de, para que seu projeto político e econômico vingasse, dar então fim ao braço violento de resistência negra, a capoeira. Dar fim ou utilizá-lo a seu favor.

Para além dos conflitos causados por capoeiras na capangagem política, Pires (1996, p. 148) identifica também o que parece ter sido uma constante no início do século XX, o conflito entre capoeiras e comerciantes. Neste caso, vai descrevendo conflitos entre os capoeiras e comerciantes europeus, demonstrando a luta de poder entre os capoeiras e os negociantes da área (Pires, 1996, p. 149). Assim faz Pires, exemplificando as lutas travadas entre pequenos negociantes e capoeiras, para defesa de seus interesses específicos de classe. Tais conflitos de classe se demonstram também conflitos raciais, já que opõe comerciantes brancos contra capoeira negros.

"A maioria dos que se apresentaram no combate aos capoeiras eram negociantes. Em seguida vinham os artesãos, depois os funcionários públicos, policiais, trabalhadores do comércio, trabalhadores domésticos e trabalhadores rurais" (Pires, 1996, p. 153). Os comerciantes pareceram ser os maiores inimigos dos capoeiras naquele início dos anos 1900. Majoritariamente comerciantes brancos portugueses. E na maioria dos casos, os processos envolvem prisões por Capoeira (já no artigo 402 do código penal de 1890) por brigas ocorridas nas ruas, o que demonstra a não aceitação dos comerciantes aos capoeiras no mesmo espaço físico onde estabeleciam suas atividades econômicas.

Tais conflitos, na visão de Pires (1996, p. 153-154), são formas de exercício de poder na luta pela conquista de cada beco, cada esquina, cada rua da grande cidade do Rio de Janeiro, sendo que estas disputas por domínio dos espaços faziam parte dos rituais pertinentes ao universo cultural da capoeiragem.

Vale lembrar que, como Pires descreve, "para a ordem republicana, só pelo trabalho os indivíduos poderiam fazer evoluir a sociedade", e que a sociedade estava "dividida entre o mundo do trabalho e o mundo do crime", o qual "nesta visão, os capoeiras estariam do lado do crime, da desordem" (Pires, 1996, p. 155). Esta citação demonstra basicamente a orientação ideológica que a sociedade tinha perante os corpos-capoeiras. Mas, como demonstra o pesquisador, quando descreve um conflito ocorrido entre carregadores, explicita que, sendo capoeiras membros da classe trabalhadora, tais conflitos podem ter ocorrido por espaço de trabalho. O conflito racial e de classe também aparece quando Pires descreve uma ameaça realizada por um empregado, capoeira, contra um comerciante e seu empregado, ambos portugueses, pelo fato de que o patrão não lhe havia pago uma dívida, além de tê-lo demitido. O que demonstra uma solidariedade de classe e raça (Pires, 1996, p. 159).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, observamos ainda uma reprodução do racismo, enquanto se continua a classificar negros como criminosos natos no período escravista e republicano, o que se desenrola no período atual, ainda com a criminalização massiva de negros (Cerqueira, 2021).

Portanto, revisar a história de forma séria para encontrar subsídios para o combate ao racismo, que vitima diariamente corpos negros, que formaram inicialmente o corpo-capoeira, é responsabilidade coletiva. Para que tais "divisões que dilaceram" o interior dos conflitos étnicos não continuem sendo substrato que facilita "o trabalho do dominador" (Soares, 2004, p. 76), e que hoje se cristaliza na figura da classe capitalista mundial contra a massa de trabalhadores.

Insistimos então na necessidade de repensar criticamente os conflitos entre negros quanto uma "condição natural de negros criminosos em potencial". Também questionar a classificação de grupos de negros enquanto maltas, sem reconhecer que, quanto uma forma de luta de classes, estes eram grupos organizados de capoeiras, que contribuíram também para o combate à sociedade escravista, sendo mais uma das diversas formas autônomas de resistência, produzidas pelo próprio corpo negro coletivo. E, portanto, entender, como Soares (2004, p. 61), os grupos organizados de capoeiras como corpos em uma forma organizada de resistência e defesa de seus irmãos de raça, com caráter predominante de vetores do inconformismo dos grupos mais explorados da sociedade.

NOTAS

CONFLITOS DE INTERESSE

O autor não tem conflitos de interesse, incluindo interesses financeiros específicos e relacionamentos e afiliações relevantes ao tema ou materiais discutidos no manuscrito.

AUTORIA

A autoria é responsável pelos conteúdos do texto.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Thiago Rodrigues. Registros pictóricos: refletindo sobre a capoeira na primeira metade do século XIX. *Revista Do Colóquio*, v. 8, n. 16, p. 10–22, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/colartes/article/view/21895. Acesso em: 01 jun. 2023.

AMADO, Filipe. *Abre a roda minha gente que o batuque é diferente*: tiririca, capoeira e samba em São Paulo, 1900-1970. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos

Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2019.

AMADO, Filipe. *Capoeira*: a principal cultura negra do século XIX. 1 vídeo (11min15). 30 set. 2020. Publicado pelo canal História, Capoeira e Samba. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yhj2dz4cWVM. Acesso em: 01 jun. 2023.

AMADO, Filipe. *Maltas de capoeira e o primeiro livro sobre capoeiragem*. 1 vídeo (15min57). 7 mar. 2021. Publicado pelo canal História, Capoeira e Samba. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bDSOwxFHQaE. Acesso em 01 jun. 2023.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Brancos e Negros em São Paulo*: Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência 2021* — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf. Acesso em 01 jun. 2023.

COSTA, Neuber Leite. *Capoeira, trabalho e educação*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2007.

CUNHA, Pedro Figueiredo Alves da. *Capoeiras e Valentões na História de São Paulo (1830–1930)*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011a.

CUNHA, Pedro Figueiredo Alves da. Capoeiras e Valentões em São Paulo: Medo e perseguição no pós-abolição. *Anais*... SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26. São Paulo, julho, 2011b.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FALCÃO, José Luiz Cirqueira. O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana. 2004. 408 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa* social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Gwendolyn Midlo. *Escravidão e etnias africanas nas américas*: restaurando os elos; tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Capoeira, Boi-Bumbá e Política no Pará Republicano (1889-1906). *Afro-Ásia,* v. 32, p. 241-269, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.9771/aa.v0i32.21094. Acesso em: 01 jun. 2023.

LOVEJOY, Paul. *Escravidão na África:* uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *O Capital* – Livro I – O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. *Revista Princípios*, São Paulo, v. 34, 1994, p. 28-38.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*: Quilombos, insurreições, guerrilhas. 6. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.

PACHUKANIS, Evgeni. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017

PEREIRA, Roberto Augusto A. Marinheiros, Moleques e Heróis: Alguns personagens da Capoeira do Maranhão de fins do século XIX (1880-1900). *Afro-Ásia*, v. 58, p. 51-76, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.9771/aa.v0i58.22572. Acesso em: 01 jun. 2023.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *A Capoeira no Jogo das Cores*: Criminalidade, Cultura e Racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937). 1996. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.

REIS, João José. *Ganhadores*: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Revoltas escravas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição*: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890. 1993. 2v. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro (1808-1850).* 1998. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998a.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeiragem baiana na Corte Imperial (1863-1890). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, 1998b. Disponível em: https://doi.org/10.9771/aa.v0i21-22.20966. Acesso em: 01 jun. 2023.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850.* 2. ed. Campinas, Ed. da Unicamp, 2004.

Recebido em: 25 ago. 2023
Aprovado em: 30 jan. 2024

Artigo submetido ao sistema de similaridade Turnitin®.

A revista **Conexões** utiliza a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0, preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.

A Revista Conexões é integrante do Portal de Periódicos Eletrônicos da Unicamp e associado/membro das seguintes instituições:

PPEC
Portal de Periódicos Eletrônicos
Científicos da UNICAMP